


## FORMAÇÃO CONTINUADA NA AMAZÔNIA TOCANTINENSE

 <https://doi.org/10.56238/arev7n3-230>

**Data de submissão:** 21/02/2025

**Data de publicação:** 21/03/2025

**Maria José de Pinho**

Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Professora da Universidade Federal do Tocantins (UFT)  
E-mail: mjpgon@mail.uft.edu.br

**Vanderley José de Oliveira**

Doutorando em Educação do programa de Pós-Graduação na Amazônia (PGEDA), Universidade Federal do Tocantins (UFT)  
E-mail: deleynet@hotmail.com

**Kênia Paulino de Queiroz Souza**

Doutora em Educação na Amazônia pela Universidade Federal do Tocantins – UFT. Doutora em Ciências do Ambiente - UFT. Professora da Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS. Diretora do Câmpus Paraíso da UNITINS  
E-mail: kenia.pq@unitins.br

---

### RESUMO

O presente trabalho é um recorte e tem como objetivo analisar as ações, programas e projetos governamentais de formação continuada de professores no Tocantins, no período de 2000 a 2010, nos anos finais do Ensino Fundamental. O percurso metodológico da investigação, caracteriza-se como pesquisa bibliográfica documental. Para tanto, analisou-se os seguintes programas: Parâmetros em Ação (2000), Programa de Melhoria da Qualidade de Ensino (2003), Projeto Municípios Unidos para o Desenvolvimento da Educação no Tocantins (MUDE-TO/1999-2000), GESTAR II (2007), Fundação Cesgranrio (2003) e o Plano Estadual de Educação (2006/2025). Além dos documentos estaduais, é importante ressaltar o Plano Nacional de Educação (PNE) e Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Sob esse olhar, buscou-se uma análise do contexto sociopolítico, no qual estes projetos foram implantados e suas contribuições para educação básica dos docentes da Amazônia Tocantinense. Destarte, os dados revelam que a formação ainda necessita de um programa de estado de formação continuada aos professores Amazônidas para que estes possam empoderar-se do conhecimento para ressignificar socialmente vidas.

**Palavras-chave:** Formação Continuada. Educação Básica. Professores Amazônidas.

## 1 INTRODUÇÃO

Esta produção apresenta um recorte contextual, de 2000 a 2010, em relação às Ações, Programas e Projetos Governamentais de formação continuada de professores inseridos na Rede Estadual de Ensino, na Amazônia legal tocantinense, especificamente, no Ensino Fundamental (6º ao 9º ano). Para tanto, objetiva-se, além de uma abordagem geral das ações ligadas ao processo de formação, analisar e apresentar alguns resultados qualitativos no tocante a esta fase.

Dessa forma, faz-se necessário, além de uma reflexão histórica da libertação do povo do antigo Norte de Goiás, perquirir sua formação, resistência e luta, que vem bem antes de Teotônio Segurado. Personalidade que mesmo não presenciando o raiar do sol tocantinense, como ouvidor, desde 1808, já lutava pela emancipação destas terras amazônidas.

Solo este que, como diz Rocha (2019), acolhe a todos, nortistas, nordestinos, sulistas, enfim, paulistas. Gente que neste ecótonos, devido a formação de dois ou mais biomas fronteiriços, de áreas de transição ambiental, de vários ecossistemas, e em meio a uma “canoa semântica” de saberes populares, se mostraram e continuam resilientes, como o brilho de seu sol.

Nesse sentido, contextualmente, esse breve grafo apresenta a formação de professores nos mais longevos rincões tocantinenses, na Amazônia de transição e tradições. São projetos metodologicamente pensados nesse contexto geográfico e plural.

Assim, a figura do professor, também “subalternizada” na geografia amazônida, bem como os índios, quilombolas e ribeirinhos, no contexto em questão, surge como esperança, para que o futuro do mais jovem Estado da Federação — criado em 1988 e efetivamente emancipado em 1989, livre do norte do estado de Goiás — possa acolher, instruir e oportunizar.

Nesse viés, a formação continuada de professores foi visualizada no contexto tocantinense como meio de melhoria na qualidade do ensino, influenciando nos seus resultados, sobretudo, em relação ao alcance de índices de desenvolvimento mais elevados.

Concomitantemente, esta, a formação continuada de professores, torna possível permear a realidade do extenso território tocantinense, irrompendo seus múltiplos fatores de ordem social, política e econômica, os quais envolvem em seu bojo o desigual, místico e híbrido.

Tal fato, nos leva a problematizar o papel das políticas públicas de formação continuada de professores no âmbito contextual de 2000 a 2010, essencialmente, se elas refletem positivamente na dinâmica social e educacional do Estado do Tocantins?

Assim, esta problemática de pesquisa nos levará a uma fundamentação teórica e metodológica da formação continuada de professores amazônicos tocantinenses, a fim de fomentar a geopolítica da inteligência desses sujeitos de direitos (MELLO, 2015).

## 2 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica documental, uma vez que estuda sobre formação de professores e faz um levantamento dos documentos sobre ações, projetos e programas desenvolvidos aos docentes do Ensino Fundamental da rede estadual do Tocantins, no período de 2000 a 2010.

De acordo com Gil (2012), a pesquisa bibliográfica possibilita ao pesquisador a análise de artigos científicos, livros e estudos que já receberam uma análise sobre o assunto. A documental [...] propõe-se a produzir novos conhecimentos, criar novas formas de compreender os fenômenos e dar a conhecer a forma como estes têm sido desenvolvidos” (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 14). Dessa forma, compreende-se que ambas utilizam-se de dados existentes para compreender um fenômeno e alcançar os objetivos da investigação.

## 3 DISCUSSÃO

O contexto educativo implica ressignificação do fazer, sobretudo na contemporaneidade, na qual se vive mudanças rápidas e necessárias para as transformações das práticas pedagógicas. Por esse viés, entende-se que “[...] a formação assume uma posição de inacabamento vinculado a uma formação permanente que proporcione a preparação profissional” (PEREIRA; DE PINHO; PINHO, 2014, p. 104).

Nesse sentido, essa preparação requer composição e recomposição de novas formas do aprender e do fazer, sendo indispensável a abertura para mudanças, bem como a aceitação do novo para a ressignificação das aprendizagens. Para tanto,

[...] o conhecimento não está pronto e nem acabado sofre variações e demandas novas e diferenciadas, à medida que são tecidas outras descobertas, que ampliem o olhar do homem. Torna-se necessário, ao docente, ter clareza de que o conhecimento é um contínuo aprender, já que envolve relativizações histórico-culturais, bioantropológicas e incertezas do contexto econômico, psicológico e cultural. Importa lembrarmos de que esse processo não ocorre de forma linear e regular, uma vez que não existe um único sentido; é múltiplo e aberto, contraditório e complexo, o que possibilita um número infinito de interpretações e de compreensões (ROCHA; PINTO; PINHO, 2013, p. 219).

Assim, a formação de professores é compreendida na dimensão global, com um olhar amplo e dimensional, tendo em vista as complexidades locais desses sujeitos, além de uma identidade singular.

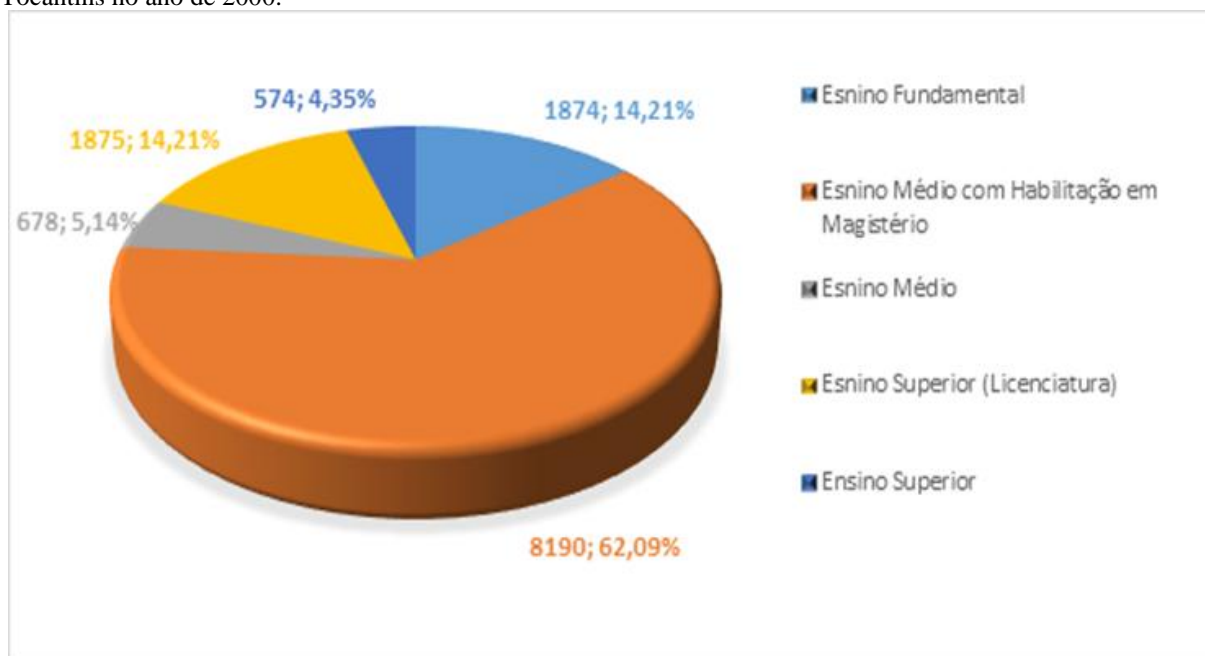
Sob esse olhar, faz-se necessário analisar as normativas e diretrizes nacionais como PNE e PCNs no aspecto da formação continuada docente, uma vez que estes documentos são parâmetros

para elaboração das diretrizes estaduais. No que tange o PNE<sup>1</sup> (2001-2010), tinha como meta o acompanhamento, avaliação e a formação e valorização do magistério mediante o Piso Nacional de Salário e o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica. Todavia, os avanços registrados não foram capazes de resolver os problemas de acesso e permanência com qualidade, uma vez que o percentual de docentes com nível superior nas regiões Norte e Nordeste ainda é desigual comparado a região Sudeste.

Destaca-se que o processo de implantação de programas e projetos de formação de professores no estado do Tocantins, tinha como propósito inicial reduzir o número de profissionais da educação básica sem a devida habilitação. Uma vez que PEE-TO visualiza políticas públicas de formação e valorização profissional, pois ele direciona ações e metas específicas para implementação destes objetivos.

Em aquiescência com Pinho (2007), no ano de 2000 o estado do Tocantins tinha um total de 13191 funções docentes no ensino fundamental nas redes pública e particular, e que a maior parcela (62%) destes profissionais possuía habilitação em magistério, apenas com o ensino médio completo. O Gráfico 1 apresenta de forma detalhada estes dados por grau de formação.

**Gráfico 1** - Funções Docentes no Ensino Fundamental nas Redes Pública e Particular por Grau de Formação no Estado do Tocantins no ano de 2000.



Fonte: Pinho, 2007.

<sup>1</sup> O PNE vigente (2014-2024), este traz em suas metas a formação continuada de professores da Educação Básica como perspectiva de elevação do grau de titulação.

Percebe-se, que 81,44% das funções docentes no ensino fundamental nas redes públicas e particular do estado eram ocupadas por profissionais sem a formação inicial de nível superior, e esse percentual se eleva para 85,79% se agruparmos os profissionais com nível superior sem habilitação para atuar na educação básica, ou seja, apenas 8,56% dos docentes com nível superior nesta etapa de ensino.

Devido ao período de análise neste trabalho compreender entre 2000 e 2010, realiza-se um comparativo dos dados do ano de 2000 com o de 2011. De acordo com as informações dos indicadores educacionais publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o percentual de docentes com curso superior atuando no Ensino Fundamental no estado do Tocantins no ano de 2011 foi de 76,70%, verifica-se que nesta década ocorreu um avanço significativo referente à formação inicial dos profissionais da educação, muito em função das ações e programas realizados pelo governo. Conforme evidenciam Pereira, Pinho e Pinho:

As medidas tomadas pelo governo federal para implementar as políticas de formação repercutiam no estado do Tocantins e levaram as autoridades educacionais a estabelecerem convênios com instituições de ensino superior para qualificar seus quadros de docentes. Esse desafio começou concretamente depois de 1998, com a criação de programas educacionais que se estenderam até 2010, em decorrência do alto índice de professores não habilitados no estado (2014, p. 108).

Assim, compreende-se que estes programas de governo buscaram minimizar, no contexto, o quadro de qualificação dos professores. Uma vez que neste período a Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS), atuou como formadora em diversos convênios firmados com a Secretaria de Educação do Tocantins (SEDUC/TO).

Dessa forma, a SEDUC firmou parcerias e convênios junto aos municípios, na qual destaca-se o nº 116/1999, que estabelecia o Programa de Graduação em Regime Especial, ofertado 960 vagas para docentes que atuavam na segunda fase do Ensino Fundamental e Ensino Médio nas áreas de Biologia, Geografia, História, Letras, Matemática e Pedagogia.

Em 2000, ocorreu uma nova oferta de cursos, no total de 1183 vagas, bem como a expansão para outras áreas do conhecimento, sendo elas, Química e Física. Com o objetivo de continuidade e elevação dos índices dos docentes graduados do estado, no ano de 2001 foi celebrado o convênio nº109/2001 que instituiu o Programa Especial de Formação Pedagógica para Bacharéis e ou Tecnólogos para os componentes curriculares de Biologia, Física, Química e Matemática, também ofertado pela UNITINS.

Estes programas de formação em regime especial, tinham calendários diferenciados de forma que pudessem atender tanto os professores das redes municipais, quanto estadual, dessa forma os docentes continuavam com suas atividades pedagógicas nas instituições de ensino.

Conforme Padovan (2005), no período de 1999 a 2000 a UNITINS realizou uma parceria com a Associação dos Municípios do Bico do Papagaio (AMBIP) e União dos Dirigentes Municipais de Educação do Tocantins (UNDIME/TO); para execução do Projeto Municípios Unidos para o Desenvolvimento da Educação no Tocantins (MUDE-TO), visando a habilitação em Magistério de professores leigos que atuavam nas redes municipais de ensino da região.

Dessa forma, surge-se os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), para o Ensino Fundamental no período 1995 a 1998, o Ministério da Educação (MEC), em parceria com as secretarias de educação dos estados implementaram o Programa Parâmetros em Ação, que foi planejado para ser realizado em um contexto de formação de profissionais. Dentre suas ações, evidencia-se o apoio às equipes técnicas das secretarias de educação para implementação de programas de formação continuada e para orientação das unidades escolares na formulação e no desenvolvimento de seus projetos educativos.

No âmbito do estado do Tocantins, a SEDUC fez a adesão aos PCNs no ano de 2000 e perdurou até o ano de 2002. Cabe ressaltar que na execução deste programa

[...] constaram-se as primeiras iniciativas de formação continuada em serviço para professores de forma organizada. [...] Os encontros eram mensais com duração de 16 horas. Os cursistas recebiam o material, que variava entre oito e onze módulos de estudo, de acordo com a disciplina inscrita. A princípio, a formação iniciava às sextas-feiras à noite; no sábado os estudos ocorriam durante todo o dia e se encerravam ao meio-dia dos domingos. Em 2002, último ano de vigência do Programa, devido às reclamações e solicitações dos cursistas, foram incluídas, no calendário escolar, datas específicas para a formação. Deste modo, os encontros passaram a acontecer somente às sextas-feiras e sábados. Verifica-se que este foi um programa de formação continuada, estruturado e sistematizado, com calendário definido na agenda educacional (ALMEIDA, 2010, p. 69).

Portanto, almejando uma das finalidades dos Parâmetros em Ação que era a criação de espaços de aprendizagem coletiva, com incentivo à prática de estudos, trocas de experiências e trabalho coletivo nas escolas.

Nessa perspectiva, o Programa de Melhoria da Qualidade de Ensino implantado pela Secretaria de Educação e Cultura do Tocantins (SEDUC/TO), em parceria com a Fundação Cesgranrio no ano de 2003, teve como propósito elevar o desempenho acadêmico dos alunos da rede estadual de ensino nas avaliações externas. E para isso, foi identificado que era necessário, entre outras ações, realizar a capacitação dos professores da rede estadual. Inicialmente a proposta incluía os docentes das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, que atuavam na 4<sup>a</sup> e 5<sup>a</sup> série do Ensino Fundamental,

atualmente 5º e 6º ano, e posteriormente foi estendido aos professores das séries finais do Ensino Fundamental, assim como os docentes do Ensino Médio.

A capacitação era focada nos professores destas áreas de conhecimento, pois no ano de 2001, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) tem como direcionamento um novo foco nas avaliações, apenas nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática.

O planejamento para a realização deste projeto de capacitação de professores foi baseado nos resultados obtidos da primeira avaliação realizada pelo Sistema de Avaliação do Tocantins (SAETO). De forma estratégica, os consultores da Fundação Cesgranrio realizaram estudos continuados com os formadores na cidade de Palmas, e em seguida estes se tornaram formadores nas diretorias regionais em todo o Estado. Lembrando,

a princípio, os encontros com os consultores da CESGRANRIO e formadores das DREs ocorriam três vezes ao ano, a partir de 2004, foram estipulados, no calendário escolar, 14 dias para realização dos encontros e 2 dias para planejamento, totalizando 128 horas de estudos. Nos momentos presenciais de estudos, os professores recebiam orientações sobre como desenvolver conteúdos e resoluções de exercícios avaliativos em sala de aula. Os docentes tinham um período para aplicar e trabalhar com os alunos os conteúdos e metodologias que foram estudados nos encontros de formação. Posteriormente, a CESGRANRIO aplicava aos alunos avaliações formativas. Tais avaliações objetivavam verificar se os alunos haviam conseguido apreender os conteúdos ensinados pelos professores, conforme os docentes haviam estudado na formação continuada. Essas avaliações possibilitavam à CESGRANRIO identificar quais os descritores que os alunos não tinham compreendido. A partir deles eram preparados os próximos estudos de formação continuada para os professores. (ALMEIDA, 2014, p. 71)

No entanto, de acordo com Pereira (2010) a devolutiva referente aos resultados destas avaliações aplicadas com os discentes não foram divulgados para as unidades escolares, o que ocasionou um certo descrédito com o programa de formação. Assim, no ano de 2007 o programa sofreu alterações e passou a oferecer especializações para os docentes. A parceria entre a SEDUC e a Fundação Cesgranrio encerrou-se no ano de 2009, e conseqüentemente ocorreu a sua extinção.

Ainda no contexto de formação continuada de professores no Estado do Tocantins, em 2007, surge o Programa Gestão da Aprendizagem Escolar (GESTAR II). Uma parceria da Rede Estadual com o MEC (Ministério da Educação). O mesmo ofertou formação continuada em língua portuguesa e matemática aos professores dos anos finais (do sexto ao nono ano) do ensino fundamental em exercício nas escolas públicas estaduais.

Cabe salientar, que o foco do Programa foi a atualização dos saberes profissionais por meio de estratégias individuais e coletivas, além do acompanhamento da ação do professor no próprio local de trabalho. Ou seja, em seu processo metodológico, além de inserir todos os envolvidos no processo educativo, propôs uma autoavaliação ininterrupta da prática docente, que, visualizou a melhora da

atuação, tanto do professor quanto alunado, no tocante à capacidade de compreensão da linguagem e fatos matemáticos, bem como, intervenção em sua realidade de atuação.

Cada área temática do Gestar II era composta pelos seguintes materiais: 01 guia geral, 06 cadernos de teoria e prática (TP), 06 cadernos de Apoio à Aprendizagem do Aluno (AAA) e 01 caderno do formador.

A formação possuía carga horária de 300 horas, sendo 120 horas presenciais e 180 horas a distância (estudos individuais) para cada área temática. Enfim, o programa objetivou a inclusão de discussões sobre questões prático-teóricas e buscou contribuir para o aperfeiçoamento da autonomia do professor em sala de aula, ou seja, melhora na sua ação pedagógica.

Infelizmente, como tantos outros Programas, o Gestar II teve vida curta, apesar de possuir uma metodologia instigante e “ensinante”, na qual, insere todos no processo de formação – Gestores públicos, diretores escolares, coordenadores pedagógicos, professores e alunos.

#### **4 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES**

Informações acerca de financiamento e agradecimentos são opcionais e, caso seja do interesse do(s) autor(s), elas podem ser incluídas em nota de rodapé, após a apresentação dos autores, para financiamento/apoio, e antes das Referências, para agradecimentos.

Considerando o docente um eterno aprendiz, pois ao mesmo tempo em que ensina, aprende, assim, a formação continuada de professores se torna indispensável na viabilização do processo de ensino aprendizagem, especialmente nos dias atuais em que se faz necessário constante aperfeiçoamento profissional para lidar com novos conceitos e tecnologias.

Sob esse olhar, o estado do Tocantins, conforme o recorte contextual dos anos 2000 a 2010, implementou de forma significativa ações, programas e projetos de formação continuada de professores, fato que resultou no aumento de docentes com nível superior e conseqüentemente na qualidade do ensino ofertado.

Dessa forma, estes dados indicam que, embora haja preocupação com a formação continuada dos profissionais da educação, em especial os docentes, ainda há muito por fazer, a fim de garantir tal direito no estado do Tocantins. Sobretudo no que diz respeito a continuação destas ações, programas e projetos de formação continuada na Amazônia tocaninense.

Portanto, os dados revelam que a implementação e permanência destas ações, programas e projetos de formação continuada de profissionais da educação, só ocorrerá por meio da implementação de políticas de estado, que objetivem valorizar a profissão docente, de modo a garantir o pleno exercício da profissão, oferta de ensino de qualidade e melhoria nos índices educacionais.



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Núbia Régia de. Prova Brasil: Instrumento (re)orientador da prática da prática de leitura em uma escola da rede estadual de ensino de Araguaína-TO. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade de Federal do Tocantins. Araguaína, p. 71, 2014. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/152>. Acesso em: 15 maio 2021.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2001.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação PNE e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, edições Câmara, 2014.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Gestão da Aprendizagem Escolar - GESTAR II. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=4814-orientacoesgerais-gestar2&category\\_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4814-orientacoesgerais-gestar2&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 18 maio 2021.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MELLO, Alex Fiúza de. Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável da Amazônia: O caso brasileiro, Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], 107 | 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Admin/Downloads/rccs-6025.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2021.

PADOVAN, Regina Célia. Memória e formação docente: indícios e registros da identidade educacional na região do Bico do Papagaio. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.20, p.45-51, dez. 2005. Disponível em: [https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4837/art05\\_20.pdf](https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4837/art05_20.pdf). Acesso em: 18 maio 2021.

PEREIRA, Fabíola Andrade; PINHO, Maria José de; PINHO, Edna Maria da Cruz. A década da educação e as políticas de formação de professores: um convite à reflexão. Revista Temas em Educação, João Pessoa, v.23, n.1, p.104-115, jan.-jun. 2014).

PEREIRA, Alessandra de Fátima Camargo. O formador e a formação continuada de professores: saberes e práticas. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília. Brasília, p. 45, 2010. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6025/1/2010\\_AlessandraFatimaCPereira.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6025/1/2010_AlessandraFatimaCPereira.pdf). Acesso em: 17 maio 2021.

PINHO, Maria José de. Políticas de formação de professores: intenção e realidade. Goiânia: Câne Editorial, 2007.

ROCHA, José Damião Trindade; PINTO, Ivone Marcel; PINHO, Maria José de. Inovações curriculares na educação brasileira: avanços, retrocessos ou nada disso! In: SUANNO, Marilza Vanessa Rosa; DITTRICH, Maria Glória; MAURA, Maria Antónia Pujol. (Org.). Resiliência, Criatividade e Inovação: potencialidades transdisciplinares na educação. Goiânia: UEG/ED: América, 2013. p. 209-232.

ROCHA, José Damiano Trindade, Pesquisas com/as minorias nortistas amazônicas: aportes teóricos de um pós-curriculo das diferenças. 39ª Reunião Nacional da ANPED, Niterói-RJ, 2019.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, São Leopoldo, ano I, n. I, p. 1-15, jul. 2009. Disponível em: <https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/6/pdf>. Acesso em: 14 maio 2021.